

CONIC-SEMESP

13º Congresso Nacional de Iniciação Científica

Anais do Conic-Semesp. Volume 1, 2013 - Faculdade Anhanguera de Campinas - Unidade 3. ISSN 2357-8904

TÍTULO: PODER JUDICIÁRIO E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

CATEGORIA: EM ANDAMENTO

ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

SUBÁREA: DIREITO

INSTITUIÇÃO: CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE

AUTOR(ES): LIBIA SUZANE MAGIO BATISTA, AILTON MOURA BASTOS, CARLOS SANTOS REZENDE, DEBORAH MONTEIRO MORAES DE MOURA BASTOS, DOUGLAS LACERDA CARVALHO, EDSON AMARAL DE ALMEIDA, JOÃO MATHEUS WERNECK DE FREITAS, MAYRA DOS SANTOS, ROGERIO CHAVES DA CRUZ

ORIENTADOR(ES): ALINE CALDEIRA LOPES, DANIEL SOUZA E SILVA

Realização:



Apoio:



PODER JUDICIÁRIO E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA.

1. RESUMO

O presente estudo aborda a aplicação das normas de direitos humanos das decisões de primeira instância de julgamento no Município de Volta Redonda em que a matéria da sentença esteja ligada a violência contra a mulher, bem como o perfil dos membros do judiciário em tais casos, em especial, o perfil do magistrado.

2. INTRODUÇÃO

Ao analisar o mundo jurídico ocidental é de fácil percepção o elevado valor das relações envolvendo o Estado e o Cidadão, e neste contexto surge os Direitos Humanos, delimitando o poder do Estado e atribuindo direitos e garantias fundamentais aos cidadãos. Tendo seu gérmen na Magna Charta Libertatum surgida na Inglaterra em 1215, passando pela Declaração dos Direitos dos Homens e Cidadãos na França de 1789, tendo sido base para a atual Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas em 1948.

Longe de ter caído em obsolescência, os Direitos Humanos vem, ao longo do tempo, tendo sua importância elevada, sendo hoje também reconhecido por garantir proteção não apenas contra o Estado, mas contra todos que ameaçarem direitos fundamentais do indivíduo, da coletividade em sentido amplo e, ainda, o direito à democracia, ao pluralismo e à vida.

3. OBJETIVOS

Objetiva estudar relações jurídicas cujo objeto central da lide, de forma direta ou indireta, seja Direitos Humanos, ou Direitos e Garantias Fundamentais, forma pela qual a CRFB/88 adota o instituto Direitos Humanos em si, focalizando tanto as ações dos membros do judiciário, em especial os magistrados da primeira instância de julgamento, quanto os cidadãos que buscarem seus direitos.

4. METODOLOGIA

Leitura Bibliográfica;

Análise quantitativa de crimes;

Visitas ao fórum;

Definição do objeto: incidência dos direitos humanos sobre violência contra a mulher no município de Volta Redonda.

5. DESENVOLVIMENTO

Após extensa leitura bibliográfica foi possível a definição do objeto de pesquisa sendo a “incidência dos direitos humanos sobre violência contra a mulher no município de Volta Redonda”. Devendo seguir a análise quantitativa de crimes, e visitas ao fórum do município, com o objetivo de traçar o perfil dos membros do judiciário, em primeira instancia de julgamento, e da parte, bem como a natureza da sentença em si.

6. RESULTADOS PRELIMINARES

Tendo sido definido o objeto de pesquisa, o estudo voltou-se, novamente, a leitura bibliográfica com o fito de melhor compreender o tema em lume. Concluindo ser possível visualizar diversas situações relacionadas aos Direitos Humanos sobre Violência Contra a Mulher, aguarda agora a análise dos dados forenses bem como a experiência oriunda da observação de audiências.

7. FONTES CONSULTADAS

CUNHA, José Ricardo e BORGES, Nadine. A garantia dos direitos humanos na reconstrução do Estado de Direito: A luta contra a exclusão In: CUNHA, José Ricardo (org). Direitos Humanos e Poder Judiciário no Brasil: Federalização, Lei Maria da Penha e Juizados Especiais Federais. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, Centro de Justiça e Sociedade, 2009. 304 p. Disponível em www.direitorio.fgv.br . Acessado em 10 de Junho de 2011.

PIOVESAN, Flávia. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos In: Sur Revista Internacional de Direitos Humanos. Ano 1, nº1, 1º Semestre, 2004. Disponível em: <http://www.surnet.org> . Acessado em 2 de Maio de 2011.

Temas de Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2010.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FALBO, Ricardo Nery. Direitos Humanos, Poder Judiciário e Ciências Sociais. Revista Direito e Práxis, vol. 02, n. 01, 2011. Disponível em: <http://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/2066/1554. Acessado em 15 de Setembro de 2012

Grin Debert; Guita

Beraldo de Oliveira; Marcella. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica”

Hein de Campos, Carmen

Carvalho, Salo. Violência doméstica e Juizados Especiais Criminais: análise a partir do feminismo e do garantismo.

Matos Marlise. Acesso ao Direito e à Justiça Brasileiros na Perspectiva de Gênero/ Sexualidade, Raça/Etnia: Entre o Estado e a Comunidade

Informativos do STF

INFORMATIVO Nº 702

TÍTULO Crime cometido com violência e substituição de pena

PROCESSO HC – 111445

INFORMATIVO Nº 657

TÍTULO Lei Maria da Penha (Transcrições)

PROCESSO RMS – 23111

INFORMATIVO Nº 654

TÍTULO ADC e Lei Maria da Penha - 1 ; 2 ; 3

PROCESSO ADC – 19

Lei Maria da Penha e ação penal condicionada à representação - 1 ; 2 ; 3 ; 4

PROCESSO ADI – 4424

INFORMATIVO Nº 643

TÍTULO Lei Maria da Penha e audiência de retratação

PROCESSO HC – 106155